

Idanha-a-Nova exige reconhecimento como território em situação de seca severa

27 de Agosto, 2019

A Câmara de Idanha-a-Nova solicitou ao Governo o reconhecimento do concelho como território em situação de seca severa ou de seca extrema, disse hoje o presidente do município.

Nesse contexto, a Câmara remeteu para o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural uma solicitação, aprovada, por unanimidade, em sessão do executivo, para reconhecimento de Idanha-a-Nova como concelho em situação de seca severa ou de seca extrema.

O objetivo desta medida é permitir que os agricultores deste município do distrito de Castelo Branco possam ter acesso a medidas de apoio para fazer face à seca existente e assim conseguirem prosseguir com as suas culturas e contribuir para a dinamização da economia local, em detrimento de enormes prejuízos.

À agência Lusa, o presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, o socialista Armindo Jacinto, explicou que, após consulta à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), a resposta dada por esta entidade foi a de que tinham dado informação ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural para incluir o concelho na lista de territórios em situação de seca severa ou em seca extrema.

“A leitura que faço é que a primeira entidade contactada, o gabinete de planeamento da DRAPC, informou a tutela que Idanha-a-Nova devia ser incluído como concelho em seca severa ou em seca extrema. Não tendo sido incluído, nós levámos esta proposta à sessão de câmara e foi aprovada por unanimidade”, sustentou.

Armindo Jacinto quer que o Ministério da Agricultura reveja a sua posição e inclua Idanha-a-Nova na lista de concelhos em seca severa ou seca extrema: “A expectativa é que esta situação seja revista pela tutela.” No documento enviado à tutela, o executivo relembra que a situação de seca no concelho de Idanha-a-Nova tem sido agravada pela fraca precipitação e pelas elevadas temperaturas que têm ocorrido nos últimos anos.

Devido a estas condições meteorológicas, o concelho, ao nível da agricultura, “tem dificuldades significativas, existindo explorações em que a escassez de água compromete o abeberamento dos animais e a manutenção das culturas permanentes instaladas”.

Adianta ainda que o não reconhecimento de Idanha-a-Nova como um concelho em situação de seca severa ou de seca extrema limita o acesso dos agricultores a determinados apoios financeiros, para as aquisições de equipamentos de

captação, distribuição e armazenamento de água, bem como as respetivas operações de prospeção, que lhes permitam dar resposta às necessidades de abeberamento do gado.

Sustentam também que o território não foi reconhecido como um concelho em situação de seca severa ou em seca extrema, pela tutela, apesar de outros com as mesmas características terem merecido esse reconhecimento e dá como exemplos os concelhos de Abrantes, Almeirim, Alpiarça, Arraiolos, Avis, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Constância, Fronteira, Golegã, Mora, Ponte de Sor, Salvaterra de Magos, Santarém, Sousel e Vila Franca de Xira e Castelo Branco.

No início de agosto, o Governo alargou a mais 18 municípios os apoios a agricultores com explorações situadas em concelhos em seca severa ou extrema, disponibilizando mais um milhão de euros para apoiar os seus investimentos.

Numa nota, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural explicava que, “na sequência da evolução da situação de seca registada no último mês”, passam a estar em situação de seca severa e de seca extrema mais 18 municípios, para além dos 60 já declarados nessa situação em junho.